

# EXPRESSÃO

Ano 3 Número 30 Agosto.2012

Uma publicação  
do Sindicato dos  
Servidores Públicos  
do Ensino Superior  
de Blumenau

# UNIVERSITÁRIA

[www.sinsepes.org.br](http://www.sinsepes.org.br)

Foto: Rafaela Martins



Marcha em prol da FURB Federal promovida no primeiro semestre do ano passado, em Blumenau

## A opinião dos prefeituráveis sobre **a federalização da FURB e a parceria Universidade X Prefeitura**

Pags 8 e 9

# »» Editorial

**P**eríodos pré-eleitorais são sempre acompanhados por reivindicações trabalhistas e sociais que chamam a atenção esse ano, quando depois de um ano com bom crescimento econômico, grande parte das categoriais do setor obteve ganhos reais ou recuperou perdas. Mas nesse ano a atividade declinou e os argumentos para obter melhorias nos salários começam a ficar mais fracos. O período Lula foi marcado por muitos realinhamentos nos planos de carreira e ganhos reais dos servidores públicos federais, mas nem todos conseguiram esses objetivos. Enquanto que Ministros que ganham acima do teto salarial de R\$ 26,7 mil, senadores que acumulam o salário de parlamentar com os proventos de aposentadorias, servidores de tribunais que ganharam acima de R\$ 100 mil em um determinado mês em virtude de "vantagens eventuais", médicos com vencimentos superiores a R\$ 40 mil por conta de horas extras, para citar alguns desses casos, outras categorias porém ainda estão defasadas.

Diante da agenda do governo Dilma de conciliar os pacotes de subsídios de estímulo ao crescimento como a desoneração da folha de pagamento que irá beneficiar pelo menos 15 categorias, redução dos encargos da conta de energia elétrica, reforma do PIS/Cofins, entre outras, o governo está diante de questão antiga e não resolvida sob ameaça de paralisação geral: a necessidade de uma política salarial para os servidores cuja proposta do executivo está emperada no Congresso desde 2007 e a regulamentação do direito de greve. As categorias em geral pedem um reajuste linear de 22% a todos os servidores públicos federais. A Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condef) prepara em agosto um acampamento na Esplanada dos Ministérios, como fez em julho. Além disso, uma marcha pedindo negociações será organizada em 17 de agosto. A última marcha, em 20 de julho, reuniu cerca de 10 mil pessoas. No início de agosto novas categorias - como os policiais federais

e os fiscais federais agropecuários - anunciaram que vão aderir à movimentação, e outros aprovaram um dia de greve para 8 de agosto, como os funcionários do Banco Central. Se o governo atendessem a todas as reivindicações de aumento de salários apresentadas pelos servidores civis e militares, a despesa anual da União com o pagamento de pessoal será acrescida em R\$ 92,2 bilhões, segundo cálculo feito pelo Ministério do Planejamento. Desse total, R\$ 60 bilhões se referem às reivindicações dos servidores civis do Executivo. Os professores são apenas um dos 29 setores do funcionalismo público paralisado.

No caso específico das universidades federais que estão em greve há mais de 80 dias, cujas negociações pouco avançaram até julho envolvem 57 das 59 universidades federais, além de 34 dos 38 institutos federais de educação tecnológica. O acordo emergencial firmado com o governo em 2011 não foi cumprido e não aconteceram os avanços previstos para a conclusão dos trabalhos referente à reestruturação do plano de carreira no prazo estabelecido (31 de março). Na última reunião antes da greve, em 15 de maio, o governo apresentou verbalmente alguns pontos, que eram a repetição da proposta apresentada em dezembro de 2010. A origem das insatisfações vem se acumulando com o processo de expansão que não obedeceu a um plano de avaliação mais cuidadoso das prioridades que criou quase 300 mil novas vagas desde 2007. O crescimento que envolveu um aumento no orçamento de 20 bilhões para a criação de mais 14 instituições e 120 campi gerou também problemas de infraestrutura e foi desproporcional à contratação de técnicos e professores, onde há salas de aula com mais de 80 alunos. Por outro lado foram abrindo instituições aonde não havia demanda, admitindo alunos antes de existirem os edifícios e instalações adequadas, forçando as universidades a criar cursos noturnos e contratar mais professores, mesmo quando não haviam candidatos qualificados. Das entidades sindicais apenas uma, a Federação de Sindicatos de Professores

de Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes) que representa apenas sete universidades federais e um instituto técnico, aceitou agora no mês de agosto a proposta do governo, que prevê reajustes de 25% a 45% até 2015 e diminuição do número de níveis de carreira de 17 para 13. Pelo combinado, o piso salarial da categoria, recebido por um professor graduado que entra na universidade, passará de R\$ 2.870 para R\$ 4 mil. Já o maior vencimento do setor, o dos professores titulares, passará de R\$ 12.224 para R\$ 17 mil em 2015. Para o governo, o fechamento do acordo significou o fim das negociações. As demais entidades que participam da mobilização com maior base de apoio como o Sindicato nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais

dedicação exclusiva e está mantido o pagamento em três anos, mas as parcelas serão antecipadas de julho para março de 2013, 2014 e 2015. Além da aprovação da reestruturação do plano de carreira da categoria, uma das principais reivindicações é melhorar as condições de trabalho nas novas unidades e naquelas que passaram por reformas. O custo para o governo, que era de R\$ 3,9 bilhões, subiu para quase R\$ 4,2 bilhões.

De forma geral em todas essas negociações, a área econômica tenta "reduzir a conta" o máximo possível, pois teme que o impacto do aumento das despesas com o pagamento dos salários dos servidores reduza o espaço fiscal para os investimentos, que são a prioridade do governo para 2013. Por isso, uma proposta em discussão é escalonar os reajustes em vários anos. Enquanto isso, em julho a lei sancionada pela presidente Dilma Rousseff transformou 90% dos R\$ 15,7 bilhões em dívidas das faculdades particulares com a União em bolsas de estudo do Programa Universidade para Todos (Prouni). Do valor acumulado em débitos pelas instituições particulares de ensino ao longo de uma década, R\$ 13,5 bilhões (mais de 85% do total) correspondem a pendências previdenciárias. Os 15% restantes, R\$ 2,1 bilhões, são dívidas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), PIS e Cofins. O valor total da dívida original, somando encargos tributários e previdenciários, é de R\$ 6,1 bilhões. O acúmulo de juros e multas no período fica perto de R\$ 10 bilhões. O governo vem dando isenções fiscais para grandes empresários e agora para faculdades que não cumpriram suas obrigações com a Receita, mas diz que não tem dinheiro para melhorar a carreira dos servidores universitários.

Diante desse quadro, estamos aqui, nós na FURB, esperando uma resposta do MEC em relação à proposta da parceria com a UFSC, encaminhada em junho. Diante do silêncio, avaliamos por enquanto que somos apenas mais um caso entre muitos problemas e interesses que estão por trás desses bastidores.

**Esperamos uma resposta do MEC em relação à proposta da parceria com a UFSC, encaminhada em junho. Diante do silêncio, avaliamos que somos apenas mais um caso entre muitos problemas e interesses que estão por trás desses bastidores**

da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), filiados ao Conlutas estão indignados, pois entre quatro entidades, só uma manifestou ter aceitado, e o governo anunciou que as negociações estavam encerradas e de maneira unilateral, suspendeu qualquer tentativa de acordo em relação aos demais itens da pauta. O que avançou: o aumento mínimo para a categoria que, na primeira proposta do governo era de 12%, passou para 25% mas o maior continua sendo de 45% para quem tem doutorado e

#### DIRETORIA SINSEPEs | 2011/2014

**Presidente:** Ralf Marcos Ehmke (CCSA); **Vice-presidente:** Luiz Donizete Mafra (DAC), **Secretária geral:** Laurete Maria Ebel Coletti (CCS), **1ª Secretária:** Marian Natalie Meisen (Instituto FURB), **Tesoureiro:** Valcir de Amorim (DAF), **1º Tesoureiro:** Leandro Junkes (Biotério Central), **Diretor de Imprensa e Comunicação:** Carlos Alberto Silva da Silva (CCHC), **Diretora de Assuntos Jurídicos:** Ivone Fernandes Morcilo Lixa (CCJ), **Diretora de Formação e Relação Sindical:** Nevoní Goretta Damo (CCS), **Diretor de Cultura, Esporte e Lazer:** André Luis Almeida Bastos (CCT)

#### CONSELHO FISCAL

**Efetivos:** Edeimar Valério Mafra (NRTV), Luiz Heinzen (CCEN), Nazareno Loffi Schmoeller (CCSA)  
**Suplentes:** Selésio Rodrigues (DAC), Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira (CCHC)

**Jornalista responsável:** Magali Moser (02353 JP-DRT/SC).

**Diagramação e edição:** Magali Moser

**Projeto Gráfico:** Leo Laps

**Tiragem:** 3.000 cópias.

**Gráfica:** Grupo Paulo Pimentel (Curitiba).

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.



## Contato

*Expressão Universitária* é uma publicação do SINSEPEs (Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau)

**Endereço:** Campus I da FURB - Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900

**Telefone:** 47 3321-0400 | 47 3340-1477

**E-mail:** sinsepes@sinsepes.org.br

**Página:** www.sinsepes.org.br

# Sociedade de Crises

POR MAIRON EDEGAR BRANDES, *estudante*

<maironedegar@hotmail.com>

No início do século passado  
Durante os anos dourados  
E a expansão dos mercados  
Uma Grande Guerra aconteceu  
Não sei quantos morreram  
E quantos rezaram  
Outros se perderam  
Alguns lucraram  
A partir dos anos 1930  
E o crash da bolsa  
A Grande Depressão  
Ai, que confusão!  
Não sei quantos bancos quebraram  
E empresas fecharam  
E trabalhadores se mudaram  
A sobreviver  
Não sei quantos se perderam  
E quantos morreram,  
Quanto rezaram,  
Mas alguns lucraram  
Em meados do século  
Outra Grande Guerra  
Ajeitou os mercados  
Para a acumulação

Época de reconstrução  
Investimento, crescimento,  
Trabalho, suor  
Tudo parecia melhorar  
Estado de bem estar  
Com as sobras de concreto  
A gente faz um muro  
Separa o ocidente do oriente  
Conflito de ideias, sem mais acidentes  
Cada um na sua mão  
Direita e esquerda, respectivamente  
Que judiação!  
Por mais que se tenta  
Na década de 1970  
Vem mais confusão  
O petróleo está caro  
Trabalhadores organizados, um calo  
Assim não dá para acumular  
Melhor é especular  
Financeirização!  
Globalização!  
Exclusão!  
Na economia, capitalismo  
Na política, neoliberalismo

Na sociedade da cobiça, injustiça  
E muitos morreram  
Outros se perderam  
E quantos sofreram  
Mas alguns lucraram  
Depois de 100 anos  
Em que o povo assiste, triste  
A sociedade das crises  
A se desesperar  
Permanece a esperança  
Das crenças a lembrança  
De que tudo há de mudar  
Mas no novo século  
Logo no início  
A crise financeira  
Revive o suplício  
E muitos faliram, perderam  
E quantos beberam  
Até desmaiar  
Quanto se perderam  
E outros morreram  
Mas alguns, sempre haverão de lucrar...



# Diagnóstico da saúde do trabalhador

Blumenau desenvolve Banco de Dados em Saúde do Trabalhador em busca de respostas para uma epidemia

POR **ELSA CRISTINA BEVIAN**, Professora do Departamento de Direito da FURB, Doutoranda na UFSC e coordenadora da pesquisa Banco de Dados em Saúde do Trabalhador em Blumenau

< elsa@furb.br >

A preocupação com os trabalhadores vítimas das constantes mudanças e precarização dos processos e relações de trabalho, motivou a pesquisa 'Desenvolvimento de um Banco de Dados em Saúde do Trabalhador em Blumenau', proporcionando a análise dos dados do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST, Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, do Ministério Público do Trabalho - MPT, de vários Sindicatos de Trabalhadores e do Controle Social no Conselho Municipal de Saúde de Blumenau. Mesmo com os constantes avanços das políticas públicas voltadas à saúde do trabalhador, especialmente impulsionadas pelos princípios inseridos na Constituição Federal de 1988, encontramos resistência na concepção do problema do adoecimento do trabalhador como uma epidemia, o que dificulta a análise e a definição de estratégias.

No trabalho de extensão que realizamos com a Associação dos Portadores de LER/DORT de Blumenau e Região - APLER, pela Universidade Regional de Blumenau - FURB, percebemos que há um número elevado de trabalhadores com doenças ocupacionais, e pensamos que construindo um Banco de Dados em Saúde do Trabalhador, podemos ter um diagnóstico mais preciso do problema e especialmente para qualificar os trabalhadores, representantes sindicais e comunidade, para exercerem o controle social da política pública de saúde do trabalhador.

Nas instituições citadas anteriormente, pesquisamos os cadastros, identificando o número de trabalhadores acidentados atendidos, classificando-os por categoria econômica das empresas, função exercida pelos referidos trabalhadores, tipo de acidente (típico ou atípico/

doença ocupacional ou de trajeto), assim como parte do corpo afetada – se a lesão é física ou psíquica. A pesquisa contou com o trabalho das acadêmicas do Curso de Direito da FURB Suelen Silvy, Ana Paula Tabosa dos Santos e especialmente, Débora Ferrazzo.

Ter consciência do seu ser e agir politicamente no mundo do trabalho, na sociedade capitalista globalizada não é tarefa fácil, prevalecendo, muitas vezes, a sujeição do trabalhador no lugar da resistência e da emancipação. Os trabalhado-

dimentos cadastrados como acidentes de trabalho, sendo 10.533(33%) de mulheres e 21.091(67%) de homens (proporção de 2 x 1). Do total, 54% dos acidentes registrados no CEREST acontecem nos dois primeiros anos de contrato de trabalho, e 16% nos três primeiros meses de contrato.

A análise dos dados recolhidos no INSS, no mesmo período, revela que, em média, 10% dos trabalhadores com emprego formal, em Blumenau, são afastados todos os anos devido à incapacida-

## Mesmo com os constantes avanços das políticas públicas voltadas à saúde do trabalhadores, encontramos resistência na concepção do problema do adoecimento do trabalhador como uma epidemia

res vivenciam situações contraditórias, as quais favorecem a rivalidade entre os colegas, a competição e o individualismo, principalmente influenciadas e incentivadas pelas estratégias perversas de gestão utilizadas no mundo do trabalho. Esta condição de sujeição do trabalhador no mundo do trabalho acaba gerando o seu adoecimento, através das chamadas “doenças ocupacionais”, reveladas especialmente através da DORT – distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho, da LER – lesão por esforços repetitivos e a depressão, enquadradas como acidentes do trabalho.

Em Blumenau, em 2010, haviam 119,5 mil trabalhadores no mercado formal de trabalho, sendo o maior número da indústria têxtil e do vestuário (64%). Dados apurados entre 2005 a 2010 mostram que nesse período foram registrados no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST, 31.682 aten-

de para o trabalho, o que por si só exige uma atenção especial no sentido de apurar causas e propor soluções preventivas. O mais grave é que nem sempre as doenças ocupacionais são enquadradas como acidentes de trabalho, gerando subnotificação. Esse é o fenômeno que motivou a criação, em 2007, do Nexo Técnico Epidemiológico (NTEp) pelo Ministério da Previdência Social, um sistema que inverte o ônus da prova, gerando às empresas a responsabilidade de contestar casos enquadrados como acidentes do trabalho pelo INSS.

O Controle Social é uma via privilegiada no acompanhamento e fiscalização da execução das políticas públicas. No âmbito da seguridade social, donde emanam as ações de saúde e previdência, o espaço de participação social está previsto na Constituição Federal, art. 194, VII. A análise das atas do Conselho Municipal de Saúde, no período de 2005 a 2010 e no

cotejamento com a Constituição Federal e Lei 8.080/90 (Lei do SUS), porém, revela uma tímida participação social no controle destas políticas públicas. Não houveram discussões sobre avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde, sobre os riscos de acidentes de trabalho, doença profissional e do trabalho, bem como os resultados de fiscalizações, avaliações ambientais e exames de saúde, de admissão, periódicos e de demissão, respeitados os preceitos da ética profissional, constatamos poucas informações aos trabalhadores e às suas respectivas entidades sindicais e às empresas.

Não há uma listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, que deveria ter, na sua elaboração, a colaboração das entidades sindicais, conforme preconiza a Lei 8080/90. Encontramos muita dificuldade no desenvolvimento da pesquisa com relação à totalidade dos sindicatos procurados, pois nem todos entregaram os documentos solicitados (convenções coletivas de trabalho, acordos coletivos, atas de reuniões, atas de assembleias, jornais sindicais, relatórios internos e externos, minutas de programas de rádio, CAT – comunicações de acidentes de trabalho, etc.). Entretanto, dentre os documentos entregues para análise, chamaram a atenção na pesquisa as cláusulas de convenção coletiva apresentadas por alguns sindicatos. Tratam-se de convenções vigentes nos períodos compreendidos no recorte da pesquisa (2005-2010) e muitas delas, trazem acordos tímidos no avanço dos direitos à saúde do trabalhador, chegando inclusive a meramente repetir disposições já previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, na Lei do SUS ou mesmo na Constituição Federal.

Outra cláusula bastante recorrente que foi verificada nas convenções coletivas, diz respeito aos atestados médicos e odontológicos e representa flagrante transigência sobre direito fundamental do trabalhador, uma vez que negociam o direito de escolha deste trabalhador por seu médico ou dentista de confiança, vinculando a validade dos atestados dos profissionais ao credenciamento dos mesmos à empresa ou ao sindicato da categoria. A Convenção Coletiva dos Têxteis de Blumenau é um exemplo.

Desta forma, o primeiro passo no planejamento de estratégias de prevenção em saúde do trabalhador consiste em ter um diagnóstico preciso dos principais problemas relacionados ao tema, compreendendo as principais vulnerabilidades da política. A prevenção em saúde do trabalhador não somente produziria imensa economia aos cofres públicos, como causaria impacto imediato e profundo na qualidade de vida de cada trabalhador e trabalhadora. Artigo analisando o assunto encontra-se disponível em: < <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/2410/1567> >.

# Trabalhar, SIM!

# Adoecer, NÃO!

# Em cena: Speak or Not?

Compreenda os motivos que servem de alavanca para o avanço e a solidificação da língua inglesa no mundo

POR RITA CORDEIRO, Professora do Laboratório de Línguas (Furb Idiomas); Mestre em Educação (FURB)

< ritalab@furb.br >

O Inglês, no meio moderno globalizado, tornou-se hierarquicamente mais valorizado devido a uma série de fatores sócio-históricos e econômicos. Para o autor David Crystal, responsável pela obra *English as a Global Language* (Crystal, 2003), a explicação para a permanência do inglês como língua mundial nos dias atuais deve-se a dois movimentos decisivos que modificaram a realidade humana em todos os seus aspectos e contribuíram para a formação do mundo ocidental capitalista: a Revolução Industrial – que gerou uma consequente expansão da coroa britânica, devido ao seu poderio econômico, disseminando sua cultura e língua em várias partes do mundo – e o poderio político e militar alcançado pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. Devido à influência econômica e cultural americana resultante, a língua inglesa solidificou sua posição de língua padrão para as comunicações internacionais, posto anteriormente ocupado pelo francês.

Mais recentemente, o desenvolvimento tecnológico, principalmente aquele ligado à área da tecnologia da informação, serviu de alavanca para o avanço da língua inglesa no mundo. A criação de programas e sistemas variados, desenvolvidos em sua maioria por empresas americanas – como a Microsoft de Bill Gates – e o surgimento da rede mundial, creditado ao engenheiro britânico Timothy John Berners-Lee, projetaram o Inglês no mundo, devido ao uso indispensável de tais ferramentas em todas as áreas de atuação humana. Ricardo Schütz (2009), administrador e professor brasileiro, afirma em seu site que há estimativas de que 85% das publicações científicas do mundo, 75% de toda comunicação internacional por escrito, 80% da informação armazenada em todos os computadores do mundo e 90% do conteúdo da Internet sejam em inglês.

Olhando por outro prisma, segundo alguns autores, um reconhecimento “sadio” da capacidade de comunicação em Inglês é enxergá-la como “uma possibilidade de resistência e enfrentamento” (OLIVEIRA, 2007).

Resistência, pelo ponto de vista de que esse idioma não pertence apenas aos EUA ou à Inglaterra ou a qualquer outro país em que o Inglês seja a língua oficial (LEFFA, 2006). Ele se tornou uma língua franca, possibilitando a comunicação entre pessoas de todo o mundo, oriundas das mais diferentes culturas.

Enfrentamento, porque o conhe-

cimento de uma língua estrangeira confere ao usuário do idioma a capacidade de “enfrentar o adversário em seu terreno, em vez de se esconder por trás de uma muralha de auto-isolamento” (RAJAGOPALAN apud OLIVEIRA, 2007).

Para Oliveira, com base nos estudos desenvolvidos pelo pesquisa-

**A aprendizagem de um idioma pode ser vista como um investimento. O termo investimento leva em conta a relação existente entre a aprendizagem do idioma, o poder que se adquire ao se conseguir usá-lo de maneira efetiva e a construção da identidade do indivíduo no meio social em que se encontra**

dor Kanavillil Rajagopalan (UNICAMP), o Inglês que se busca no mundo globalizado é “um hibridismo lingüístico, se considerarmos que dois terços dos usuários desse fenômeno lingüístico são os chamados não-nativos” e deve servir aos interesses daqueles que utilizam o idioma, não o contrário. Isto é, conhecer o Inglês e comunicar-se nesse idioma não significa ser dominado por ele ou pelos valores da cultura que o utiliza como língua oficial.

A aprendizagem de um idioma pode ser vista como um investimento. O termo investimento leva em conta a relação existente entre a aprendizagem do idioma, o poder que se adquire ao se conseguir usá-lo de maneira efetiva e a construção da identidade do indivíduo no meio social em que se encontra.

A metáfora econômica do sociólogo Pierre Bourdieu (1992, 1996, 2002) e seus conceitos de valor simbólico e capital cultural nos auxiliam na contextualização da linguagem como capital lingüístico (capital cultural) e sua relação com o papel social e a formação dos indivíduos. O conceito de capital lingüístico vai além do conhecimento de vocabulário e estruturas gramaticais, estando intimamente relacionado ao uso efetivo da língua, ou seja, à capacidade de produzir expressões apropriadas, de maneira apropriada, em um dado

contexto social, ou de reconhecer adequadamente o significado das expressões de outros indivíduos.

Dentro desse contexto contemporâneo de investir, um grande número de pessoas incorpora o estudo de Inglês às estratégias de formação pessoal e profissional, tanto para si quanto para seus familiares. É especialmente peculiar o fato de que, mesmo após terem concluído sua formação e alçado em suas carreiras, muitos indivíduos buscam continuar os estudos de Inglês.

Se observarmos mais detidamente essa busca pela capacidade de comunicação em Língua Inglesa, perceberemos que ela está ligada a uma série de ações que fazem parte da maneira pela qual as pessoas tentam se inserir em determinados grupos sociais e, assim, alcançar determinadas aptidões e/ou posições. Um melhor posicionamento no mercado de trabalho, a possibilidade de interação com indivíduos de outros países e culturas e a ampliação do acesso a produções artísticas, científicas e literárias são exemplos de alguns dos objetivos almejados por quem estuda de uma língua estrangeira. Sendo o Inglês a língua estrangeira mais utilizada no mundo atualmente, aqueles que conseguem utilizá-la de forma eficiente estendem o raio de alcance de suas ações.

É por isso que não hesitamos em afirmar que o estudo de inglês na vida de um indivíduo surge tanto de um desejo quanto de uma necessidade, ou ainda de ambos, e essa ‘movimentação’ é essencialmente parte de suas estratégias de formação pessoal e profissional. E então, can you?

## REFERÊNCIAS:

BOURDIEU, P. A economia das trocas linguísticas: os que falam querem dizer; tradução Sergio Miceli [e outros]. -São Paulo: EDUSP, 1996.

\_\_\_\_\_. A economia das trocas simbólicas. Introdução, organização e seleção: Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1992.

\_\_\_\_\_. O Poder Simbólico. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Cap. 1, p. 7-16.

CRYSTAL, D. *English as a Global Language*. Cambridge: CUP, 2003.

LEFFA, V. J. Língua estrangeira hegemônica e solidariedade internacional. In: KARWOSKI, Acir Mário; BONI, Valéria de Fátima Carvalho Vaz (Orgs.). *Tendências contemporâneas no ensino de inglês*. União da Vitória, PR: Kayganguê, 2006, p. 10-25.



OLIVEIRA, E.P. A Relevância De Se Ensinar/Aprender A Língua Inglesa Na Escola Pública: o discurso de pais e alunos. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

RAJAGOPALAN, K. Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e questão ética. São Paulo: Parábola, 2003.143 p.

\_\_\_\_\_. Dossiê: Refletindo sobre Pesquisas em Lingüística. In: Línguas e Letras v. 8 nº 14. Cascavel: UNIOESTE, 2007 p. 13-20 Disponível em [www.unioeste.br/saber](http://www.unioeste.br/saber)

SCHÜTZ, R. "O Inglês como Língua Internacional." *English Made in Brazil* <<http://www.sk.com.br/sk-ingl.html>>. Online. 3 de junho de 2009.

# Cultura em Blumenau: em busca de uma política de Estado

POR JAMIL ANTÔNIO DIAS, produtor cultural

< jamildias@sesc-sc.com.br >

O que deve ser prioridade na área da Cultura para os gestores públicos que assumirão a cidade pelos próximos quatro anos

**F**oi dada a largada para ocupação por mais quatro anos do paço municipal, e com ela, aparecem os postulantes das mais variadas tendências ideológicas e partidárias em busca do seu lugar ao sol; com promessas de melhoria de qualidade de vida, segurança, transporte, saúde, educação e por aí vai...

Mas e a cultura? Onde anda essa senhora nos planos desses proponentes? Qual será o desafio que eles se darão para oferecer uma política compatível com a nossa realidade? De acesso à comunidade, de criar e fortalecer parcerias, de planos de gestão factíveis, de busca por profissionais que realmente tenham a sensibilidade e a compreensão da importância da CULTURA, não somente aquela por trás dos muros, dos terminais, dos circuitos estaduais, de caminhões e conexões de cultura, e dos festivais; pois estes buscam parceiros para realizar seus projetos, não se constitui uma mentalidade nova, fortalece a já existente; pensada e promovida por uma empresa, instituição ou universidade, que por si só já tem seu caminho traçado.

Esse gestor que me refiro, será aquele que tomará as rédeas da Fundação Cultural de Blumenau, tornando-a fomentadora, agregadora; estímulo de produção; provocativa a todos os agentes culturais; parceira das manifestações culturais, casa de todos e para todos: visando atender a comunidade blumenauense. Para isso torna-se necessário sair da falácia que cultura é hobby, que o lazer já contempla a cultura e que a população blumenauense já dispõe de várias ações que contemplam seu descanso e prazer artístico; como os shoppings.

Do outro lado, cabe a esses candidatos vir apresentar seus planos de governo, hoje discutidos dentro do meandro partidário, sem receio de serem questionados, sem medo de haver dúvidas em suas ideias, pois sendo ideia, ainda pode ser melhorada.

Dizendo toda essas utópicas frases, cai a realidade! A nossa realidade de longe, está fora de qualquer contexto, ainda somos uma comunidade servil, que desenvolve com primor o turno das seis às cinco, da empresa pra casa, da casa pra empresa, segunda a sexta; no sábado

limpa a casa, cuida do jardim, se prepara para um baile no Clube de Caça e Tiro, passeia na manhã de domingo no parque, missa na igreja. Dorme. Inicia-se o ciclo da semana.

Quando indagado se tem algum evento cultural na cidade, diz desconhecer, nem sabe onde ficam os equipamentos culturais da cidade. A Fundação Cultural, como exemplo para encontrá-la, é dado como ponto de referência um bar da cidade defronte. Pelos caminhos normais o blumenauense desconhece a casa da cultura.

Em outra perspectiva, o único teatro da cidade, devido à imponência desse prédio, ainda intimida os cidadãos e para alguns ir ali ver qualquer espetáculo é quase um sacrilégio, pois fere a ordem das coisas. Que pena! Perdem dessa forma a oportu-

**Torna-se necessário sair da falácia que cultura é hobby, que o lazer já contempla a cultura e que a população blumenauense já dispõe de várias ações que contemplam seu descanso e prazer artístico; como os shoppings (...) Pelos caminhos normais, o blumenauense desconhece a casa da cultura**

nidade de conhecer um equipamento maravilhoso, que recebe vários eventos culturais, com três escolas significativas, que passam ao largo de todos.

E os gestores públicos de cultura, por onde andam esses profissionais, que ainda não perceberam as carências de seu povo, que uma noite multicultural não deveria ser a única ação do mês; mas sim o fechamento de programação que ocorre no mês no município. Pronto para iniciar um novo ciclo.

Mas infelizmente eles estão atados aos laços partidários da troca e acomodação dos correligionários, não levando em conta se o mesmo tem mérito de estar, à frente da pasta. Interessante que para todas as outras pastas o prefeito busca colocar, mesmo que partidário, alguém com certo conhecimento da causa; de repente porque para esses cargos, a população está mais ciosa de seus direitos. E para cultura, qualquer um que diga que tenha como hobby a cultura, está apto a gerir uma área tão nevrálgica como qualquer ou-

tra; que merecia pelo menos uma atenção e sensibilidade daquele que escolhe quais são o partidário que fará parte de seu secretariado.

E como ficam esses atores do ato cultural no município, que dispõe de seu tempo, de sua criatividade e principalmente de seu trabalho para levar ao público espetáculos de música, artes cênicas, dança, literatura, cinema, artes visuais? Buscam com destreza, fomentar a produção artística-cultural da cidade ficam dependentes do fomento público e principalmente de um timoneiro que busque não deixar o barco afundar, enquanto toca-se os violinos...

Se ouvidos, poderiam oferecer subsídios para construção de uma cultura dita para todos. Mas essa situação poderia ser diferente, se ambos os atores, pudessem estar re-

Blumenau, enfim ter sua realização plena.

Entre os dias 25 a 27 de julho ocorreu na UFSC o 2º Seminário de Plano Estadual de Cultura, apoio à construção do PEC de SC, considerando os exemplos de outros estados da federação. Desse seminário pincei algumas preposições:

A Constituição Brasileira ao estabelecer os princípios e normas que regem nossa organização social, estipula como condição essencial para o desenvolvimento de nossa democracia a PARTICIPAÇÃO dos cidadãos nos assuntos de interesse coletivo. Dessa forma, a participação dos cidadãos nas decisões relativas ao desenvolvimento do País passou a ser compreendida como um direito.

O Estado deve atuar como indutor, fomentador e regulador das atividades, serviços e bens culturais; a cultura deve ser vista como parte constitutiva de um projeto global de desenvolvimento de um país. Uma nação democrática e plural precisa contar com o papel indutor do poder público e com sua visão estratégica para estabelecer e zelar pelo cumprimento de regras equitativas de distribuição dos bens coletivos. A cultura, como campo de políticas de Estado, ultrapassa o tempo dos governos.

Não cabe aos governos ou às empresas conduzir a produção da cultura, seja ela erudita ou popular, impondo-lhe hierarquias e sistemas de valores. Para evitar que isso ocorra, o Estado deve permanentemente reconhecer e apoiar práticas, conhecimentos e tecnologias sociais, desenvolvidos em todo o País, promovendo o direito à emancipação, à autodeterminação e à liberdade de indivíduos e grupo.

A natureza é indissociável da cultura: integra-se fundamentalmente e de forma provedora a uma série de formas de vida, identidades, imaginários e manifestações simbólicas das populações brasileiras. É o que nos ensina a cultura dos povos indígenas e o que deve ser um princípio organizador das políticas de cultura no Brasil.

A dinâmica cultural não pode ser pensada sem que se leve em conta a dialética entre a tradição e a inovação. Articulações entre elementos históricos e processos de (re) invenção cultural povoaram nosso

passado, transformam o presente e apontam caminhos para um futuro com maior conexão entre cultura e cidadania. As fronteiras entre as expressões populares e eruditas, o conceito de patrimônio histórico, os cânones consagrados das linguagens artísticas e a própria noção de direitos autorais não são concepções estáticas, pois estão em constante processo de atualização.

O processo de construção dos Planos Municipais de Cultura deve estar referendado numa série de valores e conceitos que reforcem o pluralismo, uma maior igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade de todo o setor cultural. Mesmo levando em consideração as especificidades de cada município brasileiro, sugere-se a análise das definições que orientaram a elaboração do Plano Nacional de Cultura, abaixo apresentadas: Cultura, um conceito abrangente: expressão simbólica, direito de cidadania e vetor de desenvolvimento.

A cultura é constitutiva da ação humana: seu fundamento simbólico está sempre presente em qualquer prática social. Entretanto, no decorrer da história, processos colonialistas, imperialistas e expansionistas geraram concentrações de poder econômico e político produzindo variadas dinâmicas de subordinação e exclusão cultural. Na atualidade, como reações a esse processo de homogeneização cultural induzida em âmbito local e mundial surgem iniciativas voltadas para a proteção e afirmação da diversidade cultural da humanidade.

Quando participei do Conselho Municipal de Cultura, era essa normativa que me movia, e acredito que era também de todos que compunham o CMC; assim foi promovida as várias conferências, da paridade do conselho, no resgate da lei que criava o fundo, na construção do orçamento que não dispunha de orçamento, do crescimento aritmético desse orçamento para projetos culturais, que desejávamos que fosse mais significativo, finalizado em 2012, com esse novo Conselho Municipal de Política Cultural, paritário, deliberativo, que poderá enfim desenvolver um papel mais aprofundado na política cultural blumenauense; mas já dispondo de todos norteadores levantados pelas gestões anteriores.

Assim sendo, para os postulantes ao governo municipal para os próximos quatro anos; busque nos artistas, nos agentes culturais, parceiros; pois quando observado as diretrizes levantadas pelo MINC, provocando a se criar um marco que seja único para todo o país, respeitando as especificidades de cada região, caberá ao agente público que se propõe a gerir a cultura do município, estar atento a esses novos ares, para que não se apequene e busque fazer mais fácil, oferecendo pão e circo, achatando e acachapando o fomento de projetos culturais, com orçamento irrisório e principalmente com uma política de governo simplista, onde o carnaval mimetizado no mês de outubro, seja a única e principal referência da cultura desta cidade.



# A opinião dos

A convite do Expressão Universitária, os quatro candidatos a prefeitura envolvem diretamente a comunidade acadêmica: a federalização da FURB e repasse de verba municipal para custear bolsas de alunos carentes.

Tendo em vista a aproximação do processo eleitoral e a importância de incluir a comunidade acadêmica neste debate, o SINSEPES convidou os candidatos a prefeito de Blumenau para se manifestar a respeito de dois assuntos referentes à universidade: federalização da FURB e repasse de verba municipal para custear bolsas de alunos carentes. As perguntas foram encaminhadas para as assessorias dos candidatos e eles tiveram cinco dias para responder os seguintes questionamentos:

\*) Qual o modelo ideal para a federalização da FURB? Se eleito (a), de que maneira pretende fortalecer esta luta?

\*) Como a relação entre a prefeitura e a FURB pode se estreitar? De que forma o candidato vai viabilizar a ampliação da concessão de bolsas aos estudantes?

esta luta?

\*) Como a relação entre a prefeitura e a FURB pode se estreitar? De que forma o candidato vai viabilizar a ampliação da concessão de bolsas aos estudantes?

Para evitar possíveis transtornos, pedimos ainda que as respostas fossem entregues em versão im-



**Ana Paula Lima**

Vice: João Alberto Pizzolatti Neto

Coligação: PT, PP, PDT, PCdoB, PV, PPL, PTC, PHS, PTdoB, PSDC



**Jean Kuhlmann**

Vice: César Botelho

Coligação: PSD, PMDB, PSB, PR, PRB, PRP, PSC, PSL, PTN, PTB, PPS

Nosso compromisso é com uma Universidade Federal em Blumenau, e que seja na FURB. O nosso comprometimento com a ampliação de vagas federais no ensino superior em Blumenau já vem de longo tempo. Uma Universidade Federal, com acesso para a juventude da nossa cidade, que inclusive será fortalecida como pólo de ensino para toda a nossa região, é um sonho que compartilhamos com toda a população. E é justamente devido a essa necessidade, essa luta, que o debate sobre a FURB Federal sempre esteve presente nas nossas ações como deputada estadual, tanto no âmbito da Assembleia Legislativa, no engajamento nas discussões com a comunidade em Blumenau e também nas inúmeras reuniões das quais participamos em Brasília com representantes do Governo Federal, onde defendemos, especialmente junto ao Ministério da Educação, as reivindicações do Comitê Pró-Federalização. Também estivemos presentes nas passeatas ocorridas nas ruas da nossa cidade, no ano passado, e que chegaram a reunir cerca de três mil estudantes. Nessas manifestações, fortalecidas pela comunidade universitária e também pela sociedade, além de levarmos o nosso apoio, mais uma vez deixamos evidente o compromisso com um modelo de ensino superior que seja acessível e gratuito para um número cada vez maior de alunos. No âmbito do Executivo, uma vez eleita prefeita de Blumenau, defenderei o modelo que for construído no projeto amadurecido pelas comunidades acadêmicas da FURB e da UFSC, cujas equipes, em trabalho de parceria, buscam formatar sob a coordenação do Ministério da Educação.

Graças ao respeito que temos pela comunidade acadêmica, e também pela parceria do nosso mandato com as lutas empreendidas pela FURB, considero que já desfrutamos de um estreito relacionamento com a nossa universidade. É inquestionável a importância da FURB para Blumenau, que se consolidou como um dos principais pólos de produção de conhecimento do sul do país. Realiza ensino, pesquisa e extensão. Tem 12 mil alunos, realiza 350 atividades de extensão, beneficiando mais de 6 mil estudantes e prestando 90 mil atendimentos à comunidade de Blumenau e região. Enfim, é fornecedora de um extraordinário contingente de pessoas capacitadas que integram o mercado profissional. A relação entre Prefeitura e FURB é visceral, imprescindível para alavancar o desenvolvimento que queremos para a cidade e região. Como prefeita eleita, esta relação não será apenas no campo financeiro, será de apoio, estímulo e valorização. Além da luta pela FURB Federal, estarei, como prefeita, garantindo bolsas de estudo conforme preconiza a legislação municipal, pois entendo que o poder público deve investir em políticas voltadas ao desenvolvimento das capacidades intelectuais, profissionais e criativas dos nossos jovens.

Tenho dito que o ensino superior federal público e gratuito é um direito de Blumenau. A cidade foi pioneira na implantação do ensino superior com a FURB. O assunto precisa ser tratado com atenção e respeito, especialmente para nossos jovens oriundos de famílias com menos poder aquisitivo. O modelo ideal precisa respeitar o atual quadro de servidores (docentes e técnico-administrativos) professores e funcionários da FURB, garantir o acesso dos acadêmicos que estudam na universidade e ainda a continuidade do ISSBLU considerando que os servidores da universidade não mais contribuirão para este instituto.

Entendo que a forma de estreitar a relação entre município e FURB é a concretização de grandes projetos em áreas como saúde, esporte, assistência social, pesquisa, educação, inovação entre outros. A FURB é uma das grandes instituições de ensino superior do estado e, na qualidade de integrante da administração indireta do município, tem que ser envolvida nas ações da Prefeitura que beneficiem o atendimento à comunidade. Quanto à ampliação do número de bolsas de estudo, a melhor forma de viabilizarmos é a aplicação do artigo 107 da Lei Orgânica do Município, observados os limites da realidade financeira e orçamentária de nossa cidade, bem como, a criação complementar de um fundo que, inicialmente, custeie essas novas bolsas e que no decorrer do tempo possa ser mantido pelas restituições de valores que os próprios alunos beneficiados fariam, decorrido determinado prazo de carência, após as suas formaturas.

# prefeituráveis

feito de Blumenau se posicionam a respeito de dois assuntos que a federalização da Furb e a parceria entre a universidade e a prefeitura

POR MAGALI MOSER, jornalista do SINSEPES

pressão e cópia digital na sede do Sindicato. As regras definidas pelo SINSEPES estabeleceram que a soma das duas respostas deveria ter no máximo 3 mil caracteres (com espaços) para que desta forma pudessem ser publicadas na íntegra, sem qualquer alteração/edição. Dois dos candidatos optaram por

não usar totalmente o espaço oferecido e o SINSEPES respeitou a decisão, publicando as respostas na íntegra, como a versão original.

Enquanto aguarda uma decisão do Ministério da Educação (MEC) sobre a federalização da universidade, o SINSEPES entende que é hora dos candidatos se manifes-

tarem a respeito. Desta forma, o Expressão Universitária contribui para o processo democrático das eleições além de fortalecer o debate acerca do futuro da cidade e promover sua participação no sentido de cobrar do candidato(a) eleito(a) o cumprimento das promessas feitas durante a eleição.



## Napoleão Bernardes

Vice: Jovino Cardoso Neto

Coligação: PSDB e DEM



## Osni Wagner

Vice: Marcos Bugmann

Coligação: PSOL e PSTU

Pessoalmente, defendo a federalização das vagas para garantir à comunidade o acesso público e gratuito ao ensino superior. No entanto, acredito que é possível oferecer estas vagas com a manutenção dos servidores do magistério, técnicos e administrativos pelo Município, para garantir segurança jurídica a eles. Também é preciso manter a autonomia universitária para que a FURB possa fortalecer a sua vocação regional de ensino, pesquisa e extensão.

Independentemente disso, o prefeito é uma liderança política que deve servir como instrumento da Universidade. Nesse sentido, pretendo atuar como um verdadeiro advogado de defesa da FURB, do Comitê Pró-Federalização e da sociedade blumenauense em favor desta causa.

Defendo o fortalecimento e ampliação de parcerias com a Universidade na emissão de pareceres técnicos nos contratos firmados pelo Município, garantindo melhor controle de qualidade nos serviços. A parceria pode ocorrer, por exemplo, para avaliar obras, a qualidade da merenda nas escolas e para garantir pronto atendimento no Hospital Universitário. Além disso, podemos buscar soluções na Universidade para as necessidades do poder público municipal, como a informatização e gestão de inteligência nas unidades de saúde. Nós não precisamos comprar de fora o que a FURB pode desenvolver com excelência. Em relação às bolsas, o Artigo 107 da Lei Orgânica já garante o investimento por parte do Município, mas acredito que é possível ir além.

O poder público pode agir como um elo entre a Universidade e o mercado de trabalho, permitindo a criação de incubadoras de tecnologia, novos negócios e empreendedores sociais, por exemplo. Além disso, a reforma administrativa também assegura a ampliação do repasse da prefeitura para as bolsas de estudo.

Fazendo parceria com a Universidade para aumentar a capacidade dos funcionários locais eleitos e funcionários públicos municipais nas áreas sociais, infra-estrutura e técnicas para governar de forma eficaz e atender as demandas prioritárias. Os convênios de formação permanente e estágios em escolas poderiam ser firmados com a FURB.

Disponibilizar fundo permanente de pesquisa e extensão para a comunidade e para funcionários, promovendo soluções aos problemas locais tais como: Gestão de Sistema de Saúde Municipal, Educação e Políticas para a Criança, Juventude e Idoso com fomento ao Instituto FURB Ambiental em parceria com a prefeitura. Utilizando-se os recursos que vêm do governo federal para formação permanente dos técnicos e as políticas públicas sociais no município. Alguns exemplos: Capacitação Comunitária para projetos com programas e Regulamentação Fundiária, Saúde Ambiental, Economia Solidária e Cultura. Temos o compromisso de fazer os repasses de Bolsa aos Estudantes, priorizando a Licenciatura, Saúde. Essas Bolsas aos Estudantes em Tempo Real, sem atrasos, bem como nas outras áreas em que tenha demanda de mercado para essas profissões, ou seja, onde falte profissionais a exemplo das áreas profissionais como: Educação, Medicina e Saúde Coletiva. O objetivo é suprir a falta de profissionais e melhorar o atendimento de serviços essenciais à população de Blumenau.

Sobre a nova Universidade Federal, a terceira Universidade Federal do Estado de Santa Catarina no Vale do Itajaí, nosso compromisso em defesa dos estudantes sejam transferidos de forma gratuita para Instituição que suceder a FURB. Eleição direta com Gestão Democrática e Conselhos Deliberativos constituídos prioritariamente pelos trabalhadores em todas as instâncias institucionais da FURB Federal; Reduzir a terceirização e realizar concursos públicos em todas as áreas públicas estatais priorizando funcionalismo público de carreira do município; Defendemos que os Servidores, Técnico Administrativos, Professores que são atualmente Servidores da Prefeitura serão 'cedidos' juridicamente: descontando a previdência no ISSBLU, aposentando-se pelo ISSBLU. Fomento da educação, da Pesquisa e da Extensão, projetos de interesse da comunidade blumenauense e do Vale do Itajaí num todo; Ex: Instituto FURB Ambiental, IPPUB, Projeto Crise entre outros. Incentivar Projetos Coletivos a partir da metodologia multidisciplinar e interdisciplinar, para ideias inovadoras, em parceria com Ensino Médio, Graduação, Mestrado e Doutorado, 50% de pesquisa aos alunos em seus projetos de escolha de interesse público. Apoio Político e estrutural aos diferentes Movimentos Sociais para a Federalização da FURB Já! Temos o compromisso com o Comitê Pró - Federalização da FURB, desde a realização do Plebiscito de maio de 2008, com mais 80 mil cidadãos que apóiam aos visionários do Comitê Pró - Federalização da FURB; a ideia originária do surgimento Histórico da FURB, construída para os filhos dos Trabalhadores de Blumenau!



Fotos: Juliano Adriano

# Cúpula dos Povos

Paralelo a Rio+20, encontro se consolida na busca por Justiça Social e contra a mercantilização da vida

POR JULIANA ADRIANO, Docente do departamento de Ciências Sociais e Filosofia/FURB, integrante do Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD/UFSC)

< jua.sociologia@gmail.com >

## O QUE FOI A CÚPULA DOS POVOS?

Quando ouvimos falar da Rio+20 costumamos pensar na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), realizada entre os dias 20 e 22 de junho de 2012. Sobre este evento se ouvia os burburinhos de que “não ia dar em nada”. Membros do parlamento europeu chegaram ao cúmulo de afirmar que não compareceriam, dado o alto custo da hospedagem (AGENCIA ESTADO, 2012).

De modo geral, a sociedade civil organizada já percebeu que, infelizmente, não se pode esperar soluções efetivas das reuniões de governo. Por isso, ela tem organizado suas próprias reuniões. E nada mais coerente que usar o mesmo momento em que os chefes de Estado se reúnem para se encontrar, intercambiar e pressionar. Assim, a Cúpula dos Povos, cujo tema foi “por Justiça Social e Ambiental – contra a mercantilização da vida e em defesa dos bens comuns”, se dispôs a ser um espaço com três eixos de trabalho: “denúncia das causas estruturais das crises, das falsas soluções e das novas formas de reprodução do capital; soluções e novos paradigmas dos povos; e estimular organizações e movimentos sociais a articular processos de luta anticapitalista pós-Rio+20” (CÚPULADOS POVOS, 2012).

Inúmeros movimentos e organi-

zações sociais não governamentais, institutos de pesquisas e de desenvolvimento de projetos, se encontraram previamente por todo planeta para organizar esse espaço. Entre os dias 15 e 23 de junho a Cúpula dos Povos fomentou atividades de discussão autogestionadas e territórios do futuro, estes últimos espaços de diálogo sobre experiências e projetos inovadores. Foram abordados temas que envol-

**A sociedade civil organizada já percebeu que, infelizmente, não se pode esperar soluções efetivas das reuniões de governo. Por isso, ela tem organizado suas próprias reuniões**

vem a água, a terra, o ar e a espiritualidade. Houve também espaços culturais regulares, bem como uma feira de artesanato. Além da Marcha dos Povos.

A Rio+20 ficou assim conhecida por remeter à avaliação e aos novos compromissos frente à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, popularmente conhecida como Rio-92 ou Eco-92. É comum entre os pesquisa-

dores da área ambiental a avaliação de que pouco se avançou na implementação dos compromissos firmados em 1992. Naquele momento 105 chefes de estado se comprometeram a cooperar na construção de uma agenda comum para o século 21: a Agenda 21.

Já naqueles dias, quando se efetivou o aceite do termo desenvolvimento sustentável, a sociedade civil se organizou de outra forma e realizou o Fórum Global, que deu origem ao documento Carta da Terra.

Antes disso, tivemos em 1972, a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo. Neste momento apareceu a noção de ecodesenvolvimento, que questionava o estilo desenvolvimentista, renegava a discussão do crescimento zero e propunha um estilo de desenvolvimento socialmente incluyente, ecologicamente prudente, economicamente solidário e politicamente descentralizado (SACHS, 1986).

## O QUE FOI ESTAR NA CÚPULA DOS POVOS?

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que participei da Cúpula dos Povos como integrante da Cúpula Peixeira, grupo de cidadãos que tratou de expandir o diálogo e as conexões entre a sociedade civil frente a temas costeiros-marinhos da atualidade.

Ademais da proposta de congregar

e articular outro modelo de desenvolvimento para a humanidade enquanto copartícipe da vida na Terra, talvez o mais importante que a Cúpula dos Povos pode propiciar é o compartilhamento, a criação de conexões entre a diversidade social, cultural, política, e espiritual ali presentes. Tal possibilidade de vivência consegue sensibilizar, tocar de modo tão profundo que não é possível expressar por palavras ou fotos, somente oferecer um relato aproximado. E isto é algo que há muito os movimentos sociais já perceberam.

Podemos, por exemplo, conhecer as proposições da física quântica Vandana Shiva no documentário The Corporation, mas estar em sua presença, sentir sua austeridade e a sinceridade em suas palavras é algo muito mais impactante e transformador. Esta indiana integra o movimento social Navdanya, onde a questão da vida, por meio das sementes, está em primeiro plano. Ela afirmou: “não reconhecemos a patente das sementes”, ou seja, não reconhecem que as grandes corporações se coloquem enquanto donas e criadoras das sementes, se dando ao direito de vender aos agricultores sementes programadas geneticamente para produzir somente por um cultivo e gerar novas sementes inférteis. Não reconhecem por entender que ninguém criou as sementes, que estas são um presente da natureza, e de nossos ancestrais. Além disso, reafirmou a força da organização popular,

do compartilhar projetos, a força da verdade nas relações construídas de forma amorosa.

Outra pessoa de presença muito marcante foi Leonardo Boff, teólogo brasileiro, que esteve presente em uma mesa articulada por integrantes da juventude latino-americana. Nesse espaço houve a sinergia de pessoas dispostas a lutar e a reconstruir a percepção do ser humano enquanto parte da Mãe Terra (também conhecida por Pachamama). Como disse uma jovem: “é uma relação de mãe e filhos e não de dominados e dominadores”. Para tanto, Leonardo Boff tratou da necessidade de autonomia dos povos, de soberania cultural, da produção de alimentos para a vida e não para o mercado, pois é preciso que a vida valha a pena, que não seja uma obrigação ou um pesadelo. A juventude boliviana trouxe uma grande faixa com a frase síntese da proposta: “La Pachamama nos habla, escucharle otra vez es importante... Vivir bien... vivir en armonia entre nosotros, la naturaleza y las deidades. El conocimiento esta en el corazón de nuestros pueblos”.

## MARCHA DOS POVOS

A grande Marcha dos Povos aconteceu no dia 20 de junho, caminhando da Candelária até a Praça da Cinelândia, locais emblemáticos das manifestações populares no Rio de Janeiro. Contudo, muitos esperavam que a mesma fosse se dar em frente ao evento oficial da ONU, para dar visibilidade às propostas dos povos frente aos chefes de estado. Curiosamente não houve autorização para tanto.

A Cúpula dos Povos estima que 80 mil pessoas participaram da marcha. Imagine-se caminhando em meio a 80 mil pessoas que buscam construir uma vida mais digna na Terra, estando rodeado por faixas, balões, cores, teatro, música, culturas, sorrisos, esperanças...

No princípio da marcha podia-se ver movimentos sociais, organizações de trabalhadores, organizações não governamentais, das mais diversas partes do planeta: asiáticos, europeus, africanos, norte-americanos e nós, latino-americanos. Quando muitos que marchavam já haviam chegado à Praça da Cinelândia, adentrou a Via Campesina, que congrega movimentos camponeses de todo planeta e onde era visível a forte presença do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Foi impressionante observar o respeito dos demais movimentos pela grandeza da Via. Eles foram abrindo espaço para que a Via Campesina entrasse a marchar enfileirada, um verdadeiro abre alas em respeito aos que buscam cumprir um dos papéis mais nobres que se pode conceber: alimentar com qualidade os seres vivos.

## ALGUNS ENTRAVES

Seguindo na linha do “surrealismo”, cabe tecer algumas críticas e observar lacunas a partir da experiência vivida na Cúpula dos Povos.

Em termos concretos, a infraestrutura oferecia somente banheiros químicos extremamente sujos e fedorentos, alojamentos onde muitos ficaram alagados, uma programação com horários e disposição dos espaços muito difícil de entender, muitos africanos

ficaram sem tradutores. Foram oferecidos vales alimentação que não eram aceitos dentro da Cúpula pelos que se credenciaram e ofereciam alimentos orgânicos. Quer dizer, estávamos num espaço para discutir e tentar construir a tão sonhada soberania alimentar, que certamente passa pela efetivação da agroecologia, e não conseguimos nos alimentar com o que propomos construir. Isso mostra as incoerências ainda existentes entre teoria/discurso e prática, bem como a dificuldade de articulação.

Por outro lado, no evento oficial da ONU, pendrives de madeira “ecológica” (reflorestada) e sacolas de plástico “ecológico” (reciclado) foram distribuídos, banheiros limpos e perfumados eram utilizados. Ou seja, o suprasumo do conceito da vez: economia verde. Que ameniza em quase nada o impacto do atual modelo de desenvolvimento capitalista, passa uma nova camada de tinta no que já existe e oferece um produto com uma maquiagem mais bonita para a mídia convencional. Enquanto isto, as comunidades de maior carência financeira da cidade do Rio recebiam tanques de guerra, com a desculpa de “evitar transtornos” e no Paraguai, um presidente eleito democraticamente era deposto por meio de um golpe de estado. Ato comemorado pelo governo estadunidense, que reconheceu “o voto do senado paraguaio pelo impeachment do presidente Lugo” e pediu “para que todos os paraguaios ajam pacificamente” (NETO, 2012). Apoio explícito aos interesses frente aos transgênicos das transnacionais Monsanto e Cargill (SEVERO, 2012).

## ALGUMAS OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Durante a plenária final do evento, todas as organizações tiveram voz e o documento final foi apresentado. Para além da denúncia, por exemplo, dos crimes cometidos pelas grandes corporações ou da dívida ambiental histórica, o documento propõe gestão democrática e popular, defesa dos bens comuns, direito a construção comunitária de economias, entre outros itens que podem ser conferidos no en-

dereço da Cúpula: [www.cupuladospovos.org.br](http://www.cupuladospovos.org.br).

Na Cúpula dos Povos houve dois espaços principais de diálogo: os territórios do futuro e as atividades autogestionadas. Os movimentos sociais brasileiros mais estruturados (camponeses e indígenas) fizeram o debate anteriormente, trouxeram suas pautas prontas para estes espaços. E organizaram atividades para além do espaço da Cúpula dos Povos, visando ampliar a visibilidade à suas pautas. No que tange as organizações pesqueiras litorâneas, ou envolvidas com a temática, os espaços autogestionados foram utilizados para a construção de novos diálogos e fortalecimento das redes existentes.

Poderíamos aferir, por exemplo, que esta distinção reflete a construída oposição campo e cidade, ou melhor, urbano e não urbano. O Estado tem concentrado sua atuação, em termos de implementação de serviços básicos, nas áreas urbanas, e nas áreas não urbanas tem priorizado grandes propriedades (incluindo os latifúndios) e as grandes corporações (a exemplo dos subsídios aos agrotóxicos, as grandes usinas hidrelétricas, a extração de minério). Por conseguinte, a necessidade de organização popular tem se mostrado mais premente nos espaços não rurais. No que tange aos pescadores artesanais litorâneos, por exemplo, tem lhes restado migalhas do dinheiro que gira em torno do turismo de massa, o que é pouco, mas é mais do que ser expulso do campo.

Pode-se observar ainda que na Cúpula dos Povos costumou-se tratar de justiça ambiental e/ou de justiça social, o que demonstra ainda a fragmentação da visão. É preciso entender que socioambiental é uma coisa só. Em termos acadêmicos, o mais avançado tem se remetido a justiça ecológica que, além de entender os seres humanos enquanto integrantes da natureza, compreende o inter-relacionamento entre as dimensões política, econômica, social, ecológica, espiritual.

De todo modo, a congregação de tantas pessoas de territórios e culturas tão diversas, certamente propicia a integração destas dimensões. Seja pelo conhecimento mútuo, seja pela cons-

trução e fortalecimento de redes entre atores tão diversos que, cada vez mais, percebem que as diferenças precisam ser deixadas de lado - sem ignorá-las - em função do que se tem em comum. Em outras palavras, trata-se de partir da questão: o que temos em comum para agir coletivamente?

Acredito ainda que espaços como a Cúpula dos Povos podem nutrir a self-reliance, e auxiliar na construção de algo novo, uma gestão planetária mais eficiente. A self-reliance é um dos critérios normativos do ecodesenvolvimento, e consiste na busca pela autonomia, por um mundo onde cada parte é um centro, com maior interferência do terceiro setor na dinamização socioeconômica e com ênfase na especificidade e na criatividade interna versus os modelos supostamente universais (GALTUNG, 1977).

Por fim, cabe tratar do elemento fundamental da crise socioambiental em que nos encontramos: a crise civilizatória, uma crise de valores. A Cúpula dos Povos ocorreu próximo aos Arcos da Lapa. Não quero de modo algum depreciar os grupos ativos culturalmente daquele espaço, mas tocar em outros aspectos. É difícil passar pela Lapa e não sair com a sensação de ter estado numa Babilônia. São muitos grupos, muitas linguagens, muitos sons. Um espaço atulhado de gente pelas ruas e nos bares. Corpos expostos, vendendo o uso de seu sexo, ou o trocando por uma “carona” pra casa, ou pelo uso de drogas. Muitas crianças se fazem presentes, moradores de rua ficam jogados pelo chão. Um cheiro de urina inigualável é onipresente. Mas, o mais triste em meio a tudo isso, consiste na indiferença tamanha dos que por ali passam. Adentra à alma a percepção do grau em que chegou a degradação humana, a dita crise civilizatória. É preciso retomar nossa conexão enquanto parte da vida na Terra, porque é preciso que a vida seja um deleite. É preciso viver bem, ter alimentos limpos, respeito à diversidade cultural, construir em conjunto. Estamos no aqui e agora, não vamos viver do que já foi ou do que será, mas, assim como herdamos este ambiente para viver, devemos ser solidários com as gerações que ainda virão.





Fotos: Stock.xchng

# A fabricação da loucura na infância

Reflexões acerca da crescente diagnosticção de transtornos e distúrbios em crianças

POR MICHELE KAMERS, *Psicanalista, Psicóloga, Coordenadora dos Cursos de Especialização em Psicologia Hospitalar e da Saúde e em Psicopatologia da Infância e Adolescência do Hospital Santa Catarina, Mestre em Psicologia da Educação/USP*

< michelekamers@yahoo.com.br >

**F**oi-se o tempo em que os homens trabalhavam e as mulheres ficavam em casa cuidando dos afazeres domésticos e as filhas mais velhas se ocupando dos filhos. Tempo em que bastava “apenas um olhar do pai” para que as crianças se reposicionassem no seu lugar de filho. Desde pequenas as meninas-moças eram educadas para o casamento e desde cedo os meninos-rapazes aprendiam um ofício para poderem futuramente garantir o sustento de sua própria família. Nesse “outro tempo”, tínhamos a impressão de que tudo tinha o seu “lugar”.

A passagem da infância para a vida adulta estava claramente marcada pela entrada na puberdade. A vinda das “regras” constituía, para a menina, sua entrada na vida adulta, condicionada, é claro, à espera de um rapaz que a pedisse em casamento e a “roubasse”, como se dizia, do subjugo do pai.

A cerimônia de casamento nada mais era que uma transferência de autoridade: a menina-moça deixava de ser propriedade “privada” do pai, passando, a partir do casamento a ser propriedade do marido. Por isso que nesta cerimônia, tradicionalmente, o pai leva a filha ao altar e a entrega ao futuro marido, com quem, ela passaria a viver o resto de sua vida.

A ida para a escola era pouco valorizada. Geralmente se estuda-

va até a quarta série primária. As crianças percorriam longos quilômetros a pé, geralmente descalças, para chegar à escola, lavar os pés e colocar os sapatos que deveriam durar não poucos anos.

Nessa época, não se ouvia falar em hiperatividade. As crianças eram definidas como seres mal-educados que precisavam de uma educação rígida e rigorosa para se tornarem sujeitos civilizados.

Para garantir isso, cada um de-

pelo pai, na frente de outros filhos, para que todos soubessem o preço pago por ultrapassar os limites impostos pela autoridade do pai.

Pois bem, o cenário acima descrito é completamente verdadeiro, mas também ilusório. E não é bem isso que nós clínicos escutamos das filhas ou netas desses patriarcas. Por trás dessa imagem da família patriarcal, encontramos uma “outra história” contada por aquelas que viveram nesta conjuntura.

**Desde pequenas as meninas-moças eram educadas para o casamento e desde cedo os meninos-rapazes aprendiam um ofício para poderem futuramente garantir o sustento de sua própria família. Nesse “outro tempo”, tínhamos a impressão de que tudo tinha o seu “lugar”**

veria ter seu lugar e tarefas definidos: enquanto as meninas e a mãe se ocupavam da casa, os meninos tinham que ficar brincando fora de casa. Por isso, as diversões geralmente consistiam em roubar a galinha do vizinho, e ainda o convidar para comer a galinhada. Quando o pai chegava em casa, todos deveriam estar na cama. Ele não podia ser importunado. Por isso, a relação dos filhos com o pai se resumia em um curto “bença pai” na hora de ir dormir. E se caso algum filho ultrapasse os limites, este era surrado violentamente

Um pai extremamente arbitrário, que saía do trabalho, ia para o boteco, chegava em casa bêbado, batia na mãe e ainda abusava das filhas mais velhas.

Houve aquelas que denunciaram dentro de casa os abusos do pai e foram surpreendidas por um “Ele faz isso porque bebe” pronunciado por sua mãe, que se via impotente frente aos abusos desse pai-marido. Tinha também os que não bebiam. Mas a cena não era muito diferente. Os abusos no uso da autoridade então se circunscreviam não apenas em abusar das fi-

lhas mais velhas, mas, transar com as vizinhas, ter várias mulheres, inclusive as cunhadas, e mais uma vez, a cena se repetia: a mulher, submetida à autoridade patriarcal, silenciosa, assistia os arbítrios e abusos do marido-pai.

## RUPTURA COM A TRADIÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES DA FAMÍLIA

Este pequeno resgate histórico nos permite algumas considerações. Primeiro, que a religião e a tradição asseguravam o lugar do pai na família. A autoridade não era dele. Ao contrário, raramente ele era um bom exemplo dentro de casa. Os casamentos não eram realizados com base no amor, mas, um negócio entre famílias, na medida em que eram feitos para durar eternamente, independentemente da relação entre os cônjuges.

Nesse contexto, a autoridade do pai era sustentada não apenas pela mãe dentro de casa, mas, na esfera pública e política, através da religião e dos costumes. Nesse mesmo lastro residia a autoridade do professor e dos adultos em geral.

Um adulto, independentemente de quem fosse, estava autorizado a intervir sobre as crianças. Tanto que na rua, os vizinhos se incumbiam da tarefa de vigiar os pequenos e bastava um simples

“Vou contar para teu pai” para organizar o bando de crianças.

Esse cenário começou a mudar a partir de um longo processo de transformações históricas e sociais que solapou a tradição e a religião enquanto organizadores da família e da sociedade.

A valorização da criança produzida pelo capitalismo, em que a mesma passou a sustentar a promessa de fabricação do adulto do futuro, produziu não apenas a valorização da mulher como mãe, mas, instituiu uma preocupação do Estado em limitar e regular cada vez mais os poderes do pai, visando proteger a mulher e os filhos de sua arbitrariedade.

Através da pílula e do trabalho assalariado, as mulheres se liberaram da autoridade do marido-pai. Agora poderiam escolher quando e quantos filhos teriam, já que a palavra do padre não valia mais. Poderiam escolher também se ficariam casadas e até quando, já que não dependiam mais financeiramente do marido.

Começaram as primeiras separações conjugais. E as netas e filhas daquelas mulheres silenciosas da geração anterior decidiram não mais repetir a história de suas mães e avós. Estavam decididas a não mais obedecer ao marido e ainda tomar suas próprias decisões, inclusive, sobre a educação dos filhos. O filho se tornou propriedade privada da mulher-mãe. Ao pai, restou um colchão ao lado da cama do casal, agora ocupado pela mãe e seu filho. Quando ele intervém, é logo interpelado pela sua mulher com um “Cala a boca, você não sabe de nada”. O homem-pai se viu reduzido a uma criança que nada sabe, nem sobre a vida doméstica nem sobre os filhos. Ela briga com ele como briga com uma criança: “Não faça isso! Não faça aquilo. Você não sabe de nada!”.

Diante dessa mãe onipotente, o homem se viu reduzido a uma criança impotente. Criticado ele se cala. Interpelado silencia. Mal consegue balbuciar o que pensa. Defende-se das críticas de sua mulher através de seu silêncio.

Pois bem, se na família patriarcal a autoridade era atribuída ao pai, na família moderna a mãe passou a ocupar esse lugar. O que ela diz é lei. E do mesmo modo que o pai, a mãe também é arbitrária. Coloca os filhos para dormir em sua cama. Decide quando vai tirar as fraldas. Administra a casa, as finanças e os filhos, incluindo seu marido como um deles.

Os filhos, por sua vez, quando recorrem ao pai para se defenderem dos excessos dessa mãe, são interpelados com um “Teu pai é um banana! Quem manda aqui sou eu!”.

Na família moderna o pai se viu reduzido a um pobre coitado. Sua palavra não vale. Ela se transformou no patriarca, outrora por ela odiado.

Ao constatar os excessos e arbitrários dentro da família, o Estado, através de uma legião de especialistas, passou, mais uma vez, a intervir.

Através dos especialistas, o Estado passou a encarnar esse lugar terceiro, visando regular os excessos dessa mãe arbitrária: indicou o tempo de amamentação até os dois anos, assim como vem falando da importância dos limites e da boa educação. Mas, do mesmo modo que o pai infantilizado, sua intervenção é ineficaz.

Diante da crise de referências instituída a partir da quebra com a tradição, o pai, não sabendo mais seu lugar, se viu reduzido a uma condição infantil. Não sabendo mais como ser pai, ora toma a mãe como modelo de relação com os filhos, funcionando como uma “segunda mãe”, ora se identifica com a criança, demandando à mãe, mais cuidados do que deveria.

E é isso que tenho escutado em minha clínica: Homens-pais impotentes frente à suas mulheres-mães. Incapazes de dizerem algo a seus filhos. De um lado funcionam como pequenas crianças demandando às mães que deveriam amamentar mais tempo a criança.

De outro, temos aqueles que, desamparados de uma referência sobre como ser pai, se espelham na mãe como modelo para se posicionarem frente a seus filhos. Falam como uma mãe, vivem com a criança no colo, dormem na cama com os pequenos capturados pela fantasia de que a criança não poderia ficar sozinha.

Como conseqüência dessa crise de referências, temos encontrado um cenário não pouco assustador: crianças que dormem na cama dos pais, ainda usam fraldas apesar da idade, têm dentes, mas ainda tomam mamadeira. São grandes em peso e altura, mas vivem no colo dos pais.

Crianças presas ao que o pediatra inglês Donald Woods Winnicott chamou de ilusão de onipotência do bebê: um mundo mágico em que a criança funciona a partir de uma simbiose com o outro. Mal ela chora a mamadeira chega “magicamente” em sua boca. Faz cocô e xixi sem se preocupar, pois logo ela será trocada. Diante de qualquer mal-estar os adultos a cercam com mil e um brinquedos.

Crianças que não conhecem a frustração. Privadas da intervenção educativa, pouco a pouco vão se tornando pequenos monstros assustadores e demandantes: querem “tudo” e ao mesmo tempo “nada”. Choram por qualquer coisa. As crianças se tornaram pequenos tiranos, e os pais, escravos da tirania dos filhos.

Quando essas crianças chegam à escola, é claro que os excessos aparecem: não querem dividir os brinquedos, não conseguem se socializar com os amigos; há aquelas que ainda usam fraldas, outras não querem largar o bico, e na grande maioria das vezes não conseguem se alfabetizar. A pergunta que tenho feito para os pais é a seguinte: Como esperar que seu filho vá para a escola e aprenda as letras se em casa o mesmo é tratado como um bebê?

Isso não é possível. E a clínica tem nos mostrado isso. Boa par-

te dessas crianças que não conseguem se concentrar e não aprendem são tratadas como pequenos bebês dentro de casa. Dormem com os pais. Não conhecem os limites e vivem como se o mundo girasse em torno delas.

Diante das dificuldades frente ao aprendizado os pais convocam a psicopedagoga. Ao se confrontarem com a desorganização do filho, recorrem ao pediatra a fim de saber se há algum problema com o filho. Quando não sabem mais o que fazer, recorrem ao conselho tutelar para que o Estado lhe diga o que fazer.

Nesse contexto, os técnicos intervêm, ora identificados com a criança, dizendo aos pais que os mesmos não estão dando o suficiente para a mesma, ora agem como o patriarca de outrora, sendo arbitrários e destituindo a família. Para esses técnicos, de antemão a família é culpada. E a criança geralmente vista como vi-

**Se o limite é químico, não pode ser apropriado pela criança. Seria o mesmo que dizer que um adulto poderia regular seu sono com Rivotril, aprender a viver com antidepressivos ou receitar Viagra para um adolescente iniciar sua vida sexual**

tima desses pais “insuficientes”.

### A MEDICALIZAÇÃO COMO RESPOSTA A UMA VIDA SEM LIMITES

Ao não reconhecer a desorganização da criança como proveniente de sua própria renúncia educativa, os pais recorrem a um “outro-especialista” buscando uma resposta sobre o que se passa com seu filho.

Este, por sua vez, capturado em

uma formação organicista pautada no modelo biomédico – modelo que reduz toda e qualquer problemática humana a um defeito no funcionamento biológico – se vê obrigado a diagnosticar a má educação da criança como hiperatividade. A falta de atenção nos estudos (o que não é o caso com a televisão) como déficit de atenção. A necessária agressividade da criança como um transtorno opositivo.

Impotentes frente à demanda dos pais e das escolas, os médicos medicam. Aliás, o que poderiam fazer além de medicar? Como alguém que passou anos estudando células e sistemas teria condições de responder de outra maneira?

Talvez os médicos pudessem dizer: “Teu filho precisa de limites!!!”.

Mas, certamente seriam considerados maus médicos. Pois, ao denunciar a necessidade de limites para a criança, denunciariam a renúncia educativa dos pais!

Diante desse cenário não pouco preocupante, os médicos diagnosticam e prescrevem medicações para as crianças. Aliás, medicações solicitadas não apenas pelos pais, mas, pelas escolas. Não sabendo mais o que fazer com os pequenos tiranos, solicitam à Ciência e à Medicina algum limite, mesmo que o mesmo seja químico!

Ritalina, Risperidona e Concerta têm sido as medicações mais utilizadas para colocar “limites” nessas crianças “ilimitadas”.

Mas, se o limite é químico, não pode ser apropriado pela criança. Seria o mesmo que dizer que um adulto poderia regular seu sono com Rivotril, aprender a viver com antidepressivos ou receitar Viagra para um adolescente iniciar sua vida sexual. Como sabemos, um adulto precisa aprender a viver e a ter horário para dormir, assim como um adolescente precisa aprender modos de relação com o outro para transar. Por isso fica a pergunta: Será que uma criança poderia prescindir de adultos para se tornar civilizada? Ou de fato acreditamos que uma “dose diária da droga” seria suficiente para educá-la? Depois não me venham com campanhas “Crack Nem Pensar”!!!





## Festival de Cinema Francês passa por Blumenau

O melhor da recente produção cinematográfica francesa poderá ser conferida em Blumenau durante o Festival Varilux de Cinema Francês, que começa no próximo dia 13 e segue até dia 23 de agosto, em 33 cidades brasileiras.

Em Blumenau, as exhibições acontecem no Cinema Arcoplex, do Shopping Park Europeu. Ao todo, 12 produções participam da mostra.

O festival começa nacionalmente dia 15 de agosto, com a estreia no Rio de Janeiro, dia 16 ocorrem as aberturas locais, para convidados, e de 17 a 23 a mostra é aberta ao público. O evento é produzido pela Bonfilm, com apoio da Embaixada da França no Brasil, da Delegação Geral das Alianças Francesas

## Comissão da Verdade pode revelar de vez crimes da ditadura

Criada por decreto presidencial, a Comissão Nacional da Verdade tem a meta de investigar violações de direitos humanos cometidas por agentes públicos durante o período do regime militar.

Integram a Comissão da Verdade: Cláudio Fonteles, Gilson Dipp, José Carlos Dias, José Paulo Cavalcante Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro, Rosa Maria Cardoso da Cunha.

A Comissão Nacional da Verdade foi instalada em 16 de março de 2012, com prazo de dois anos para apurar violações aos direitos humanos ocorridas no período entre 1946 e 1988, que inclui a ditadura militar (1964-1985)

## Professora catarinense pede ao STF cumprimento da lei do piso

Uma professora de Santa Catarina ajuizou reclamação no Supremo Tribunal Federal (STF) para que o tribunal determine o prosseguimento de um processo que corre na Justiça do Estado para que o governo catarinense cumpra a lei que estabelece o piso nacional do magistério. Sancionada em 2008, a legislação determinou um valor mínimo que deve ser pago pelos Estados e municípios a professores da rede pública com jornada de 40 horas semanais. Atualmente o piso nacional do magistério é R\$ 1.451.

A professora pediu liminar ao STF para que o juiz responsável pelo processo na 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Florianópolis dê prosseguimento à ação foi movida por ela e a todos os outros processos que tratem do mesmo assunto. O STF já declarou que a Lei do Piso é constitucional em julgamento de uma ação direta de inconstitucionalidade movida pelos governadores de cinco Estados.

## Diário de um viajante em busca de utopias

O entusiasmo pela mudança e a disposição para a transformação fazem de Miral Pereira dos Santos um homem incomum. Aos 71 anos, este gaúcho de Carazinho mantém a esperança de um menino e não admite a indiferença diante dos problemas sociais. Desde 1992, o aposentado atravessa o Brasil em protesto. Na primeira jornada, saiu de Sapucaia do Sul, na região de Porto Alegre, e foi até Brasília. Viajou a pé, de carona e de ônibus, com a intenção de denunciar o descaso do então presidente Collor para com o aumento do repasse aos aposentados, na época conhecido como decreto 197. Foram três meses na estrada. Nas jornadas seguintes protestou contra a ALCA, contra os transgênicos, contra as privatizações e na última contra o desemprego. Em julho ele passou por Blumenau onde visitou vários sindicatos e veículos de comunicação.

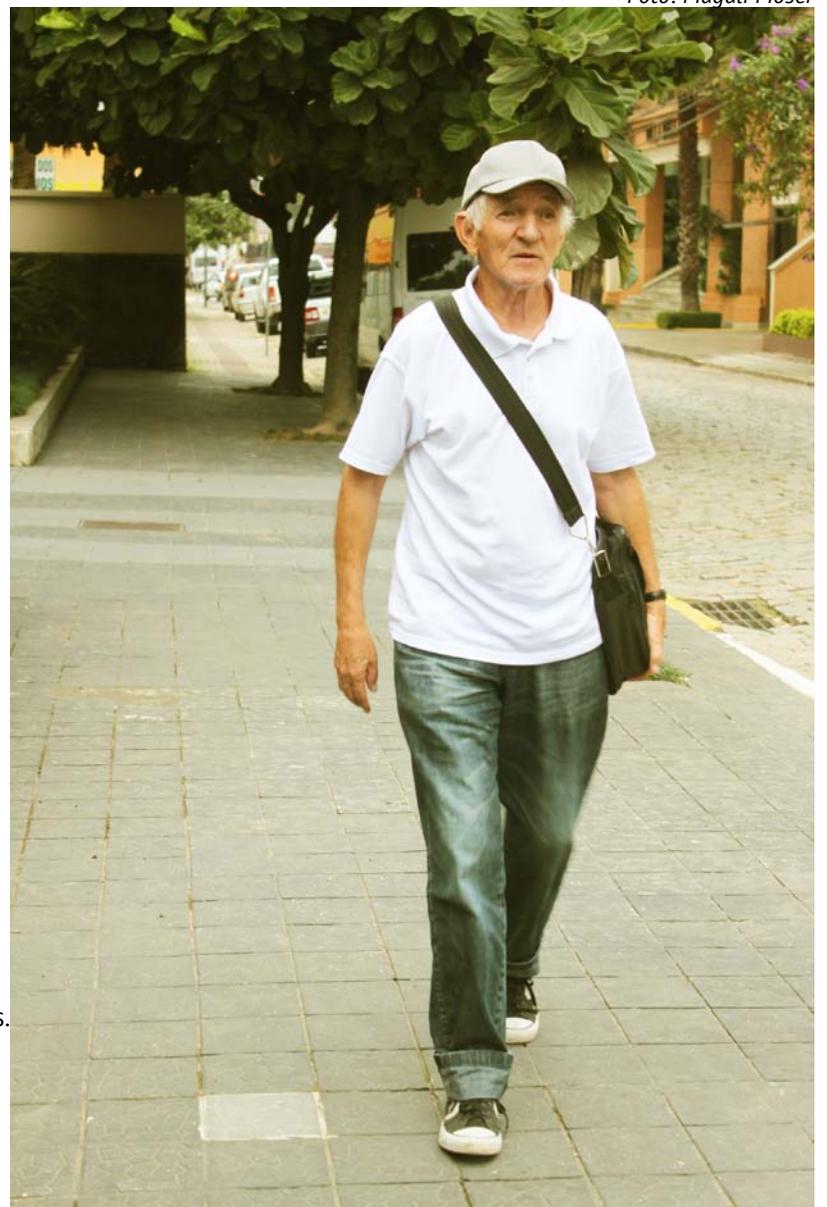
Mesmo sozinho, não se deixa desanimar. Sabe que carrega a indignação de uma multidão.

"A vitória é coletiva, mas a responsabilidade é individual. A maioria de nós está num estado letárgico de indiferença, omissão e passividade. Pendendo até para uma certa covardia. A covardia dos bons fomenta a audácia dos maus, como diria Martin Luther King", defende. Além do líder negro, Che Guevara, Gandhi, Betinho e Paulo Freire inspiram o aposentado. Miral se considera um "protestador patológico". Não consegue resistir à vontade de transformar a utopia em carne, osso e sangue. Antes das jornadas, vivia com a incômoda sensação de que levava uma vida insignificante.

"Poderia estar à beira da praia. Mas meu ideal me empurra. Não tenho casa, tenho uma causa, não tenho lar, tenho ideal. Seremos uma república de cidadãos no dia em que formos uma nação de indignados. Os sindicatos são baluartes contra a corrupção e o capitalismo."

Miral registra suas andanças pelo país em cadernos de anotações. Pretende publicá-las em formato de livro cujo nome já escolheu: O Evangelho dos Excluídos – o grito dos indignados.

Foto: Magali Moser



# Atletas ou soldados?

POR VIEGAS FERNANDES DA COSTA, *escritor e historiador*

<viegas@furb.br>

**H**á muito que gosto de assistir ao desfile das delegações nacionais na abertura dos Jogos Olímpicos. Pode parecer piegas, mas emociona-me a alegria dos atletas sabendo-se vistos por boa parte da população mundial, sabendo-se reconhecidos em seus esforços e entregas ao ponto de figurarem dentre os melhores atletas de sua geração e modalidade. Não é pouco. Mas interessa-me também assistir ao desfile das delegações principalmente pelo discurso político que enunciam.

A abertura de uma Olimpíada, com todo seu apelo midiático, é sempre momento valioso para que nações anunciem de si ao mundo, para que afirmem identidade, para que digam nos gestos, vestes e cores, como se desejam reconhecidas. Há casos, inclusive, em que o desfile de uma delegação nacional, por mais singelo que possa parecer, institui-se enquanto anúncio de existência e sobrevivência de um povo, como foi o caso, por exemplo, da aparição dos atletas do Timor Leste sob a bandeira do Comitê Olímpico Internacional, nos Jogos de Sidney, em 2000. Depois de décadas de uma sangrenta guerra por sua independência da Indonésia, o Timor inaugurava sua participação em eventos internacionais como nação soberana naquela Olimpíada. Os quatro atletas timorenses que acenavam para o público haviam sobrevivido à guerra, às montanhas, à dilapidação indonésia em seu país, para testemunhar ao mundo a perpetuação de um povo, de uma história. Impossível não me emocionar quando me recordo da alegria honesta daqueles atletas.

Estima-se que a abertura dos Jogos Olímpicos de 2012 tenha sido assistida por quase cinco bilhões de telespectadores. O número representa, não há dúvida, oportunidade ímpar para o marketing de Estado, e é no desfile das delegações que este marketing se materializa. Não por acaso o judoca Josateki Naulu desfilou no Estádio Olímpico de Londres como porta-bandeira do Fiji, vestindo um traje folclórico do seu país. Representando um país que tem no turismo uma de suas principais fontes de renda (Fiji recebe anualmente uma quantidade de turistas equivalente à metade da sua população), Naulu, através do seu traje, contribuiu para vender a ideia de um país ainda exótico e, por isso, merecedor do interesse dos turistas internacionais. Não foi o único. À so-

briedade azul-marinho de uma delegação italiana vestindo Giorgio Armani, presenciamos os atletas mexicanos vestindo “sombrosos” e o colorido das festas populares católicas; à sugestiva flor na lapela dos holandeses, o exótico vistoso da delegação das Ilhas Marshall. Já o Afeganistão, com seus inusitados ternos ocidentais, apela ao mundo um reconhecimento de pares, procurando distanciamento da imagem de radicais barbudos cobertos por túnicas. Eis, portanto, a possibilidade semiótica dos desfiles das delegações nacionais, os discursos que se revelam nos corpos vestidos de signos dos atletas que representam seus países e que nos propõem infundas possibilidades de leitura. E é neste exercício de leitura dos signos que quero olhar para a delegação dos Estados Unidos.

Como disse no primeiro parágrafo, gosto de assistir às cerimônias de abertura das Olimpíadas principalmente por conta do desfile das delegações nacionais. E este gostar está associado tam-

**A abertura de uma Olimpíada, com todo seu apelo midiático, é sempre momento valioso para que nações anunciem de si ao mundo, para que afirmem identidade, para que digam nos gestos, vestes e cores, como se desejam reconhecidas**

bém ao prazer que me toma os sentidos quando me deparo com países dos quais pouco ou nada ouvi falar, ou com as soluções criativas que figurinistas encontram para dizer de seu povo. É com este espírito que me desarmo diante da televisão, acomodado no sofá, e era com este espírito que acompanhava o desfile deste ano. Estava curioso por saber se a Síria, mergulhada em terrível guerra civil, teria enviado atletas para a competição (enviou), e como se apresentaria o Sudão do Sul, o mais recente Estado soberano reconhecido pela comunidade internacional (enviou um único atleta, que desfilou sob a bandeira do Comitê Olímpico Internacional, tal qual os timorenses em 2000). Porém meu estado de beatitude desarmada desvaneceu-se quando vi surgir

no monitor da televisão a delegação dos Estados Unidos, vestindo boinas e uma indumentária que lembra o uniforme da força naval estadunidense. O vestuário fascista, assinado pelo estilista Ralph Lauren, fez atletas parecerem soldados, o que não são. Da mesma maneira, jogos não podem ser confundidos com guerras, porque a estas não se permite o caráter lúdico, e ainda que muitos insistam na comparação, um campo de jogo jamais deve se assemelhar a um campo de batalha. Quando isto ocorre, o espetáculo é sempre deprimente.

Os arroubos militaristas de Ralph Lauren lembraram o uniforme com o qual a delegação estadunidense desfilou na abertura dos jogos de Tóquio, em 1964. A diferença estava no chapéu, que àquela edição era de cowboys. De qualquer forma, o recurso da delegação estadunidense em sua primeira aparição oficial nas Olimpíadas de Londres de 2012 foi o da intimidação bélica, tão próprio das potências senis. Para completar o “mise em scène”, à frente da delegação, como porta bandeira, Mariel Zagunis, atleta da esgrima. Nada de pessoal em relação à atleta, duas vezes campeã olímpica, porém a escolha do seu nome para representar os atletas estadunidenses não me parece casual. Dentre todas as modalidades esportivas olímpicas, é na esgrima que o signo do bélico melhor se anuncia.

Ao vestir seus atletas como soldados e fazê-los desfilar sob o signo da espada, Estados Unidos diz da imagem de si para o outro, diz da identidade que inventa e reinventa para si, do seu estar no mundo. Anuncia-se para a guerra e impõe-se pela intimidação militar. Em ano de eleições presidenciais estadunidenses, onde um Obama originalmente eleito sob a égide do diálogo e agora temeroso do julgamento das urnas, candidata-se à reeleição em meio às crises econômicas, aos fracassos militares na Ásia, e à sombra do chauvinismo xenófobo, o significado político do discurso enunciado nos signos da delegação olímpica estadunidense durante a cerimônia de abertura incomoda e preocupa. É como força militar, e não como nação, que os Estados Unidos apresentaram-se aos quase cinco bilhões de possíveis espectadores da cerimônia de abertura dos Jogos de Londres. Nada mais deprimente, nada mais destoante do sempre tão aclamado espírito olímpico, nada mais patético e senil.



Delegação americana na cerimônia de abertura da Olimpíada (foto: Blog dos Esportes)

# Teatro: ato e transformação

A maneira como o FITUB se consolidou no cenário cultural do Estado de Santa Catarina e os desafios que o festival tem pela frente

POR **ROBERTO MURPHY**, *Bacharel em Artes Cênicas (FURB) e Mestre em Teatro (UDESC)* < e.plural@ig.com.br >

**T**eatro é ato (ação). E como tal, pressupõe um movimento (ou vários). Teatro é movimento num ato (ou em diversos), uma ação que, por sua vez, predispõe a transformação de algo (ou de alguém). Aliás, alguém já havia dito que ninguém passa incólume pelo Teatro. Entende-se melhor tal afirmação quando se é permitido o lançar-se ao Ato da Arte. E o ato de se lançar à arte é um movimento no mínimo insólito, pois é como se lançar ao acaso todos os dias. O acaso de que se fala é o poder se envolver com o desconhecido, o diferente, sem que modos de conduta ou preceitos morais interfiram no 'aqui e agora' necessário.

O Ato do Teatro não se restringe apenas ao fenômeno no momento do espetáculo. Ele se divide em diversos sub atos anteriores e posteriores à apresentação, esta, por si, também um sub ato deste Ato maior que é o movimento teatral. Um movimento depende de alguém que aja, de quem atue. Portanto, um ator, ou melhor, um agente do ato.

## FUTB – FITUB: UM ATO MAIOR DE MUITOS ATOS

Estabelecidos tais preceitos, podemos começar a entender melhor o que significa um evento como o Festival Universitário de Teatro de Blumenau. Mais que um evento pontual, um Ato maior subdividido em sub atos anteriores e posteriores, capazes de transformar todo um entorno, muito além do que podemos imaginar quando não aprofundamos nosso olhar sobre sua abrangência e seu efeito de transformação.

O atual FITUB – Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau é um movimento de efeitos longínquos, capaz de ultrapassar as fronteiras do município, do Vale do Itajaí, do Estado de Santa Catarina. Dele surgiram não somente expoentes de nossas dramaturgias, de nossas direções cênicas, nossas atuações, mas também espaços novos de escola e de aprimoramento, tendo como exemplos o Bacharelado em Teatro da FURB e a Licenciatura da UDESC, esta uma demonstração inequívoca, pois a maioria dos seus atuais Doutores (e destes os Mestres e Especialistas) são decorrentes deste Ato em movimento chamado hoje FITUB, sendo figuras históricas do próprio evento e que beberam (bebem) desta fonte em suas trajetórias acadêmicas e artísticas. Além do seu idealizador e precursor, Dr. José Ronaldo Faleiro, podemos citar o especialíssimo Dr. Valmor Nini Beltrame, que alçou seus maiores voos a partir dele, Dra. Vera Colaço, ambos da UDESC, entre outros. O Bachare-

lado da FURB nasceu de um movimento de intercâmbio entre o Prof. Dr. Lauro Goes da Unirio e a então Coordenadora do Festival, a Profa. Maria Teresinha Heimann, também integrante do quadro de professores do Departamento de Artes da FURB. Hoje o referido curso mantém laços muito próximos com o CEARTE da UDESC, tendo em vista o corpo docente que o realiza, isto é, as Professoras Patrícia de Borba e Olívia Romano, formadas no Programa de Pós Graduação em Teatro da Universidade sediada em Florianópolis.

O Ato FITUB movimentava também as demais áreas da Arte local, fazendo com que intercâmbios se sucedam. Até mesmo um certo movimento migratório se estabelece, uma vez que muitos de nossos artistas se foram em busca de novos horizontes e, em contrapartida, a cidade continua recebendo manifestantes artísticos de diversas partes do Brasil. Aliás, não só do Brasil, uma vez que teatristas de outros países fixaram-se pelas terras do FITUB, como Camila Landon e Jaime Encina. Juliana Muller, cantora e compositora de Blumenau, lançou-se numa integração com a arte nordestina a partir do FITUB e viveu durante 4 anos na capital paraibana, onde ganhou prêmios e reconhecimento por sua música.

Quando se fala em Ato maior, está se referindo a uma ação integrada, integrativa e interdisciplinar, capaz de

**O ato de se lançar à arte é um movimento no mínimo insólito, pois é como se lançar ao acaso todos os dias. O acaso de que se fala é o poder se envolver com o desconhecido, o diferente, sem que modos de conduta ou preceitos morais interfiram no 'aqui e agora' necessário**

fazer com que não existam fronteiras, condições limítrofes ou algo mais que possa traduzir um impedimento de simbiose cultural. Da mesma forma como a própria arte nunca é um gesto acabado porque sempre estará provocando questionamentos, direcionando decisões e atitudes e proporcionando um rever-se íntegro e integral.

Pensar o Festival de Blumenau como um evento estanque é dimensioná-lo de forma muito aquém do que se pode. São diversos atos des-



Daniel Zimmermann



Fotos: Eduardo Sofiati



Fotos: Daniel Zimmermann

se Ato maior. Ato que irradia e que se volta para si mesmo, que se expande e que se retrai: movimentos típicos de algo vivo e pulsante, isto é, condições básicas de uma ação no mundo real. É isto: o FITUB é um organismo vivo que continua a impulsionar e assim, pulsante, transforma entornos, muda gente de lugar, desenvolve pessoas e, conseqüentemente, ajuda a mudar mundos. Não seriam tais atributos inerentes ao Teatro? Acredito que sim.

## FITUB DE FUTURO: RENOVAÇÃO E OUSADIA

Acredito também que o Ato maior nunca poderá manifestar-se acomodado, por sua vez. O fato de o Festival ter uma história, já ter provado sua eficácia e eficiência, não pode ser o que sempre foi. Precisa estar aberto a rever-se. O Ato Inacabado que é a Arte Contemporânea (e nela se inscreve o Movimento Teatral) não condiz com fórmulas que já deram certo e que

tendem a se repetir tornando menos inusitado e surpreendente o lançar-se à Arte, anteriormente identificado. O FITUB serve à formação e informação de novos públicos e adeptos, mas também deve primar pela renovação do interesse e do entusiasmo de seus cativos antigos.

Assim, sugere-se um foco maior, mais apurado, no processo da Arte Teatral, a partir das Universidades tradicionalmente voltadas à formação do contingente profissional de nosso Teatro. Não deixar apenas para o resultado de tais processos o acesso dos estudiosos e espectadores do Teatro Universitário brasileiro.

Mas sim, que o processo de trabalho de cada Universidade possa ser acompanhado/monitorado por uma comissão de notáveis destas e outras Universidades com o intuito de superar antes aquilo que no encontro com o público não poderia mais estar vulnerável. Uma monitoria nos sub atos deste Ato maior.

Imagens das peças A Saga no Sertão da Farinha Podre, do Coletivo Teatro da Margem, de Uberlândia (MG), seguidas do espetáculo Paralelas, do Grupo SinoS Cia de Teatro, de Blumenau e Carlos Marighella e o Chamado de Cangoma, da UFRN, Baden, Baden, da UDESC e "A visita da velha senhora", apresentada pelo grupo Teatro Universitário de Maringá, da Universidade Estadual de Maringá